



Segurança Responsável e Direitos Humanos

Sector Extractivo em Moçambique

RELATÓRIO ANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DOS
PRINCÍPIOS VOLUNTÁRIOS 2025



Liderança nacional e compromisso multisectorial com a segurança responsável e os direitos humanos. Fonte: CDD.

Maputo | Maio de 2026

Sumário Executivo

O presente Relatório Anual apresenta os progressos alcançados durante o ano de 2025 na implementação dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos (PVSDH) em Moçambique. O período em análise representou uma etapa importante na consolidação do compromisso do País, após a sua admissão oficial à Iniciativa dos Princípios Voluntários (IPV), em Maio de 2024. Sob a liderança do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJACR), com o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) a assegurar o Secretariado Nacional e o apoio técnico do Centro de Genebra para a Governação do Sector de Segurança (DCAF), a iniciativa continuou a reforçar a coordenação institucional, o diálogo multisectorial e a integração dos direitos humanos na governação da segurança, particularmente no sector extractivo.

A implementação da Iniciativa decorreu num contexto nacional complexo, caracterizado pela persistência da insegurança em Cabo Delgado, pelas tensões políticas pós-eleitorais, pela retoma gradual de investimentos extractivos estratégicos e pelo aumento das expectativas das comunidades em matéria de transparência, inclusão e responsabilização. Apesar dos sinais de recuperação económica e da renovação da confiança dos investidores, os incidentes de segurança, as preocupações das comunidades e os desafios de governação continuaram a demonstrar a necessidade de mecanismos mais robustos para prevenir conflitos, gerir riscos de segurança e proteger os direitos humanos nas zonas afectadas por grandes projectos de exploração de recursos naturais.

Ao longo do ano, registaram-se progressos significativos no fortalecimento da arquitectura institucional de implementação dos Princípios Voluntários. As reuniões regulares do Grupo de Trabalho Nacional e do Grupo de Trabalho Técnico Provincial de Cabo Delgado proporcionaram plataformas estruturadas para instituições governamentais, empresas extractivas, organizações da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento e actores do sector de segurança partilharem informação, avaliarem riscos emergentes e coordenarem respostas. As reuniões específicas dos Pilares Governamental e da Sociedade Civil reforçaram igualmente a coordenação interna, enquanto as auscultações às empresas de segurança privada criaram oportunidades para discutir desafios operacionais, promover o alinhamento com padrões internacionais, incluindo os da Associação do Código Internacional de Conduta para Prestadores de Serviços de Segurança Privada (ICoCA), e contribuir para os processos de reforma política e regulatória em curso.

O fortalecimento de capacidades manteve-se como um dos pilares centrais da implementação. Foram realizadas acções de formação destinadas a funcionários públicos, forças de defesa e segurança, líderes comunitários, organizações da sociedade civil e representantes do sector privado em diferentes pontos de Cabo Delgado, incluindo Montepuez, Balama, Palma e Pemba. Estas intervenções reforçaram a compreensão dos participantes sobre práticas responsáveis de segurança, obrigações em matéria de direitos humanos e abordagens empresariais sensíveis ao conflito. O programa alargou igualmente o seu âmbito temático através da integração da perspectiva de género, com a realização de um estudo de base sobre os impactos das actividades extractivas nas mulheres e nos grupos vulneráveis, complementado por uma formação especializada sobre género, negócios e direitos humanos.

O relatório destaca que a implementação dos Princípios Voluntários contribuiu para melhorar a cooperação entre instituições públicas, empresas, organizações da sociedade civil e comunidades, promovendo maior confiança, o diálogo preventivo e a adopção de padrões internacionalmente reconhecidos na gestão da segurança. Paralelamente, a iniciativa reforçou as bases para a elaboração do futuro Plano de Acção Nacional sobre Segurança e Direitos Humanos, instrumento essencial para o cumprimento dos compromissos assumidos por Moçambique enquanto Governo Membro Engajado da Iniciativa dos Princípios Voluntários.

Apesar dos progressos alcançados, o relatório reconhece a persistência de desafios importantes. A insegurança, a capacidade limitada de monitoria nas zonas afectadas pelo conflito, as fragilidades dos mecanismos de responsabilização, as preocupações comunitárias ainda não resolvidas e a necessidade de uma supervisão mais efectiva dos provedores públicos e privados de segurança continuam a afectar o ambiente operacional. A resposta a estes desafios exigirá um compromisso político contínuo, o reforço das capacidades institucionais, uma maior participação das comunidades e a manutenção da colaboração entre o Governo, o sector empresarial, a sociedade civil e os parceiros internacionais.

De modo geral, o relatório conclui que 2025 foi um ano de consolidação institucional e de progresso operacional na implementação dos Princípios Voluntários em Moçambique. As acções desenvolvidas reforçaram a apropriação nacional da agenda dos PVSDH, ampliaram a cooperação multisectorial e estabeleceram bases importantes para integrar os direitos humanos na governação da segurança no sector extractivo. A implementação contínua das recomendações do relatório será determinante para assegurar que o desenvolvimento económico, a segurança e o

respeito pelos direitos humanos avancem de forma articulada, contribuindo para investimentos sustentáveis, estabilidade social e desenvolvimento inclusivo em Moçambique.



Reunião de Alto Nível do Grupo de Trabalho dos Princípios Voluntários em Maputo. Fonte: CDD.

Uma Arquitectura de Implementação Assente em Parcerias

Os Princípios Voluntários foram implementados num período de insegurança persistente em Cabo Delgado, retoma do investimento extractivo e crescentes exigências comunitárias de transparência, inclusão e responsabilização. Este contexto tornou essencial uma arquitectura coordenada aos níveis nacional e provincial.

O modelo moçambicano combina a liderança do Estado com a participação estruturada das empresas, da sociedade civil e dos parceiros técnicos. Esta abordagem reconhece que nenhuma instituição consegue, isoladamente, gerir os riscos de direitos humanos associados à segurança no sector extractivo.

Liderança do Governo

O MJACR orienta o processo político e convoca as instituições públicas relevantes, incluindo as áreas da justiça, defesa, interior e recursos naturais.

Mecanismo provincial

O Grupo de Trabalho Técnico de Cabo Delgado transforma os compromissos nacionais em acções informadas pela realidade local.

Secretariado do CDD

O CDD reúne as partes interessadas, documenta os progressos, promove advocacia baseada em evidências e liga o trabalho nacional às comunidades.

Grupo de Trabalho Nacional

Principal fórum de análise conjunta, alinhamento estratégico e revisão das prioridades de implementação.

Coordenação dos pilares

O Governo, a sociedade civil e as empresas organizam-se internamente e apresentam posições mais claras no diálogo colectivo.

Apoio técnico

O DCAF contribui com conhecimento especializado sobre governação do sector de segurança, desenvolvimento de políticas e boas práticas internacionais.

Funcionamento do sistema

Direcção nacional; coordenação provincial; envolvimento distrital; retorno às comunidades; resposta institucional

As reuniões foram conduzidas como espaços protegidos de diálogo franco, incluindo, quando adequado, a aplicação da Regra de Chatham House. Isto permitiu discutir riscos operacionais e limitações institucionais sem reduzir a responsabilidade colectiva.

Coordenação Nacional e Diálogo de Políticas



Workshop Nacional sobre os Princípios Voluntários em Maputo. Fonte: CDD.

As reuniões regulares do Grupo de Trabalho permitiram rever os progressos, alinhar prioridades e abordar preocupações emergentes. A participação do Governo conferiu legitimidade política ao processo, enquanto a sociedade civil assegurou a visibilidade das experiências comunitárias e dos riscos de direitos humanos. O envolvimento das empresas trouxe para o mesmo fórum questões práticas de segurança operacional, conduta dos prestadores de serviços e gestão de riscos.

Principais avanços

- Maior compreensão partilhada dos papéis e responsabilidades institucionais.
- Discussão mais sistemática dos riscos de segurança nas operações extractivas.
- Debate nacional sobre a supervisão dos provedores de segurança privada.
- Maior articulação entre os Princípios Voluntários e a agenda de Negócios e Direitos Humanos.
- Maior reconhecimento do género, da vulnerabilidade e da participação comunitária como prioridades de implementação.

Os eventos de alto nível aumentaram a visibilidade política e aproximaram decisores públicos, líderes empresariais, sociedade civil e parceiros internacionais. A próxima fase deve transformar este diálogo em instrumentos de política aprovados, mecanismos mais claros de responsabilização e mudanças mensuráveis.

Fortalecimento de Capacidades para uma Segurança Responsável



Balama



Palma

Actividades de fortalecimento de capacidades em Cabo Delgado. Fonte: CDD.

A formação foi uma das componentes operacionais mais fortes de 2025. As sessões combinaram os Princípios Voluntários com Negócios e Direitos Humanos, igualdade de género, sensibilidade ao conflito e análise prática de riscos. Participaram autoridades distritais, membros das forças de defesa e segurança, organizações da sociedade civil, líderes comunitários e representantes das empresas. Esta composição permitiu analisar os mesmos riscos a partir de diferentes perspectivas institucionais e comunitárias.

Conhecimento

Os participantes analisaram padrões internacionais, deveres nacionais e responsabilidades das empresas e dos provedores de segurança.

Inclusão

O género e as experiências diferenciadas das mulheres e dos grupos vulneráveis foram tratados como questões centrais de segurança.

Prática

Os exercícios baseados em casos ligaram os princípios aos dilemas operacionais, preocupações comunitárias, alerta precoce e prevenção.

Cooperação

A aprendizagem conjunta reduziu a distância institucional e criou relações que podem apoiar respostas rápidas.

Resultados do fortalecimento de capacidades

As formações consolidaram uma linguagem comum sobre segurança e direitos humanos e clarificaram as responsabilidades das autoridades públicas, empresas e provedores de segurança. Os exercícios práticos ajudaram os actores locais a identificar riscos, documentar preocupações, considerar vias seguras de encaminhamento e procurar respostas baseadas no diálogo, em vez do recurso à força. As actividades reforçaram igualmente relações capazes de apoiar o alerta precoce, a prevenção e o seguimento de denúncias ou incidentes.

Monitoria Comunitária e Capacidade Local em Cabo Delgado



Balama



Montepuez



Palma

Actividades no terreno em Cabo Delgado. Fonte: CDD.

Cabo Delgado manteve-se no centro da implementação no terreno. O Grupo de Trabalho Técnico Provincial utilizou informações provenientes de Palma e Montepuez para identificar e discutir alegações relacionadas com operações empresariais, propor respostas práticas e formular recomendações. Esta função de monitoria criou uma ligação entre as preocupações das comunidades, a coordenação provincial e a tomada de decisão ao nível nacional.

Montepuez

A monitoria concentrou-se nas tensões entre a mineração industrial e artesanal, incluindo relatos de uso desproporcional da força, intimidação, compensações inadequadas, oportunidades limitadas de emprego e exclusão dos processos de decisão. A formação de 14 de Maio permitiu que autoridades distritais, actores de segurança, sociedade civil, líderes comunitários e empresas analisassem conjuntamente estes riscos, aprofundassem a compreensão sobre práticas de segurança legais e proporcionais e identificassem vias de cooperação, encaminhamento e seguimento.

Balama e Palma

Em Balama, a formação de 15 de Maio adaptou os Princípios Voluntários às realidades locais da mineração e recorreu a exercícios práticos para identificar riscos comunitários e melhorar a cooperação entre instituições. Em Palma, a formação de 27 de Maio abordou o contexto do GNL, o género e a sensibilidade ao conflito. Reforçou também a capacidade local para monitorar restrições que afectam os meios de subsistência, o acesso das comunidades e as relações com os provedores de segurança, no contexto da retoma das operações em Afungi.

Nos três distritos, o fortalecimento de capacidades foi além da sensibilização. Dotou os actores locais de ferramentas para reconhecer riscos, documentar preocupações de forma mais consistente, proteger a confidencialidade, encaminhar casos às instituições competentes e utilizar os canais dos grupos de trabalho para procurar respostas. A monitoria contínua, os mecanismos acessíveis de reclamação e a devolução regular de informação às comunidades continuam a ser essenciais.

Resultados e Impacto



Evento de Alto Nível sobre os Princípios Voluntários. Fonte: CDD.

O resultado mais significativo de 2025 foi a consolidação de uma plataforma nacional funcional, capaz de ligar as políticas, a prática operacional e a experiência das comunidades. Embora a implementação ainda não esteja completa, as partes interessadas dispõem agora de relações mais sólidas, maior conhecimento partilhado e pontos de entrada mais claros para uma acção coordenada.

Governo

Liderança contínua e maior apropriação do processo nacional.

Sociedade civil

Participação mais estruturada no diálogo nacional e provincial.

Instituições

Ligações mais fortes entre a justiça, segurança, direitos humanos e actores do sector extractivo.

Empresas

Maior envolvimento na gestão dos riscos de segurança, práticas responsáveis e relações comunitárias.

Comunidades

Maior conhecimento dos direitos e mais oportunidades para apresentar preocupações.

Agenda de políticas

Maior atenção à governação da segurança privada e ao planeamento nacional.

Uma avaliação realista

Estes são resultados estruturantes, mas não significam que todos os riscos estejam resolvidos. O seu valor reside na criação de condições para a prevenção, responsabilização e reparação. O próximo teste será verificar se as instituições respondem de forma consistente às preocupações apresentadas e se as comunidades sentem melhorias concretas na segurança, dignidade e participação.

Desafios, Oportunidades e Recomendações Prioritárias

Desafios persistentes

- Atraso na aprovação do Plano Nacional de Acção sobre Negócios e Direitos Humanos.
- Pressões políticas, sociais, económicas e de segurança interligadas.
- Participação irregular do sector privado e divulgação limitada de informação.
- Desconfiança comunitária resultante de danos passados e expectativas não satisfeitas.
- Lacunas na monitoria, responsabilização e acesso à reparação.
- Resistência de interesses que beneficiam da opacidade ou da fraca supervisão.

Oportunidades estratégicas

Um Plano Nacional de Acção sobre Segurança e Direitos Humanos pode oferecer uma orientação mais clara. A retoma das actividades de GNL cria urgência e também oportunidades para reforçar as salvaguardas. O trabalho existente sobre transformação de conflitos, coesão social, prevenção do extremismo violento e transição energética justa pode fortalecer a implementação, desde que estas agendas sejam coordenadas e não tratadas separadamente.

Cinco prioridades

1 Aprovar os instrumentos de política

Finalizar o plano sobre Negócios e Direitos Humanos e desenvolver o plano sobre Segurança e Direitos Humanos.

2 Clarificar as obrigações

Reforçar a compreensão dos deveres constitucionais, de direitos humanos e de direito humanitário.

3 Assegurar monitoria contínua

Mapear riscos, incidentes e respostas em Cabo Delgado através de mecanismos locais credíveis.

4 Melhorar a avaliação de riscos

Exigir análises sensíveis ao conflito e ao género por parte das empresas e autoridades.

5 Reforçar a independência

Utilizar mecanismos credíveis de monitoria independente e proteger canais seguros de denúncia e reparação.

Perspectivas para o Futuro



Conferência Nacional sobre a Governação do Sector de Segurança Privada. Fonte: CDD.

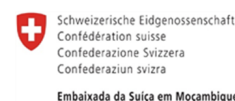
A experiência de 2025 demonstra que Moçambique dispõe de uma base institucional para um processo credível de implementação dos Princípios Voluntários. A prioridade para 2026 é aprofundar a implementação, passando das reuniões para compromissos acompanhados, da formação para mudanças nas práticas e da consulta para respostas e mecanismos de reparação visíveis.

Prioridades para o próximo ciclo

- Manter reuniões regulares dos grupos de trabalho nacional e de Cabo Delgado.
- Adotar planos de trabalho claros, responsabilidades, prazos e indicadores de progresso.
- Expandir a monitoria centrada nas comunidades e os mecanismos de devolução nos distritos extractivos.
- Aprofundar o envolvimento das empresas e dos provedores de segurança privada.
- Avançar com os planos nacionais de acção e reforçar a supervisão independente.
- Publicar actualizações acessíveis sobre os progressos, protegendo a informação sensível.

O investimento responsável só é sustentável quando a segurança protege as pessoas, respeita os direitos e conquista a confiança pública.

Liderança institucional e apoio



Embaixada da Suíça em Moçambique

Elaborado pelo Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), Secretariado do Grupo de Trabalho Nacional sobre os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Moçambique.